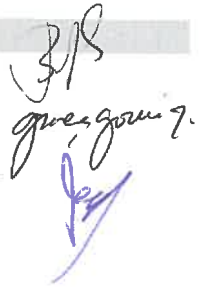


Relatório de Gestão | 2025

**ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA COM PRÉ-
ESCOLAR E CRECHE D. LUCINDA ANDRADE**

0 CONTEÚDO

0	Conteúdo	2
1	NOTA INTRODUTÓRIA	3
2	Caraterização da Entidade.....	4
2.1	CARATERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	4
2.2	Identificação	5
2.3	Localização	5
2.4	Regime Financeiro	5
2.5	Legislação	5
2.6	RECURSOS HUMANOS.....	5
2.7	Estrutura organizacional.....	8
2.8	Missão.....	8
2.9	Atribuições	9
2.10	Visão	9
2.11	Estrutura Interna da Escola	10
2.12	Descrição sumária das atividades	10
	Conselho da Comunidade Educativa.....	10
3	Recursos Financeiros	15
3.1	Análise da Execução Orçamental	15
	Estrutura e execução da receita	16
	Estrutura e execução da despesa.....	18
	Encargos assumidos e não pagos.....	22
	Indicadores orçamentais.....	22
3.2	Ótica de análise das Demonstrações Financeiras	22
	Situação Económica	23
	Gastos operacionais.....	23
	Rendimentos operacionais	24
	Financiamento da atividade	25
	Apuramento dos Resultados	25
	Demonstração de Resultados.....	26
	Situação Financeira	27
	Balanço	27
	Lançamentos de abertura do exercício.....	29
3.3	Proposta de aplicação de resultados	29



1 NOTA INTRODUTÓRIA

O relatório de gestão tem por objetivo dar cumprimento à Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, relativa à prestação de contas das entidades sujeitas à sua jurisdição e aos seus poderes de controlo, tendo sido elaborado em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

O relato da contabilidade financeira foi preparado de acordo com a Norma de Contabilidade Pública n.º 1 (NCP 1) — Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, enquanto o relato da contabilidade orçamental foi elaborado nos termos da Norma de Contabilidade Pública n.º 26 (NCP 26) — Contabilidade e Relato Orçamental.

Relativamente à Norma de Contabilidade Pública n.º 27 (NCP 27) — Contabilidade de Gestão, informa-se que a mesma não se encontra, à data, implementada nesta entidade, não sendo, por esse motivo, objeto de aplicação nem de divulgação de informação no presente relatório.

A não implementação decorre do facto de a adoção da contabilidade de gestão pressupor o desenvolvimento de um sistema próprio, suportado na definição de metodologias de custeio, centros de responsabilidade, atividades e critérios de imputação de custos, bem como na adequação dos sistemas de informação e dos procedimentos internos. Trata-se de um processo de carácter estrutural, cuja concretização assume natureza progressiva.

Sem prejuízo do exposto, a entidade reconhece a importância da contabilidade de gestão enquanto instrumento de apoio à gestão e à tomada de decisão, encontrando-se a ponderar, de forma faseada e em função dos recursos disponíveis, as condições necessárias à futura implementação da NCP 27.

Este relatório apresenta uma análise financeira das atividades desenvolvidas pela Escola Básica e Secundária com Pré-escolar e Creche D. Lucinda Andrade, no decurso do ano civil de 2025. A análise tem por base as despesas de funcionamento da escola,

B/S
guzgans 9.
[Handwritten signature]

2.2 IDENTIFICAÇÃO

Designação: Escola Básica e Secundária com Pré-escolar e Creche D. Lucinda Andrade

Número de Identificação Fiscal: 671000713

2.3 LOCALIZAÇÃO

Morada: Rua da Escola, Nº 2, Passo, 9240 – 217, São Vicente

Telefone: 291 840 070

E-mail: ebsdlandrade@edu.madeira.gov.pt

Sítio da Internet: <https://escoladigital.madeira.gov.pt/ebsdla>

Classificação Orgânica: Funcionamento Normal 43 0 01 07 13

Investimento 43 9 50 07 13

Tutela: Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia – SRECT

2.4 REGIME FINANCEIRO

Natureza Jurídica: Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa.

2.5 LEGISLAÇÃO

Constituição: Portaria nº 72/88, de 11 de agosto

Fusão e reestruturação: Portaria nº 361/2025 de 4 de julho da SRECT

Orgânica e Funcionamento: Decreto Legislativo Regional nº. 4/2000/M de 31 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº. 21/2006/M, de 21 de junho.

2.6 RECURSOS HUMANOS

A 31 de dezembro de 2025 a Escola Básica e Secundária com Pré-escolar e creche D. Lucinda Andrade, regula-se pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2000/M, de 31 de Janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, de 21 de Junho, no que concerne ao regime de Autonomia e Administração. Os órgãos de Direção,

B/S

Administração e Gestão são os que se passam a elencar: Conselho da Comunidade Educativa; Conselho Executivo; Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo.

gouveia 7.

Composição do Conselho da Comunidade Educativa constituído por 16 elementos designadamente: o Presidente do Conselho da Comunidade Educativa; o Presidente do Conselho Executivo; a Presidente do Conselho Pedagógico; quatro representantes do Pessoal Docente, dois do Pessoal Não Docente, um da Autarquia, dois representantes de Alunos, um elemento dos serviços de Psicologia e Orientação, um elemento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco do Concelho de São Vicente e dois Representantes de Pais / Encarregados de Educação. São funções deste órgão nomeadamente: aprovar o Projeto Educativo da Escola; o Regulamento Interno; dar parecer sob as linhas orientadoras do orçamento e das contas de gerência; define também a política educativa do estabelecimento de ensino, de acordo com o Decreto Legislativo Regional 21/2006/M de 21 de Junho.

Composição do Conselho Executivo constituído por três elementos: o Presidente Bento Alberto Machado da Silva e dois Vice-presidentes Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso e Maria Georgina Figueira Ramos até 31 de agosto e Patrícia Maria da Cruz Marques Rodrigues Oliveira a partir de 1 de setembro. São atribuições deste órgão designadamente: elaborar o Projeto do Orçamento; elaborar o Projeto Educativo da Escola; elaborar o Regulamento Interno da Escola; estabelecer protocolos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições e definir o regime de funcionamento desta unidade escolar.

Composição do Conselho Pedagógico constituído por 14 elementos: quatro Coordenadores de Departamento Curricular; três Coordenadores de Diretores de Turma, um Coordenador da Comissão de Formação; um Coordenador das Atividades Extra - Curriculares; um Coordenador do ensino profissional, um Coordenador do Projeto de Autoavaliação, o Presidente do Conselho Executivo, o Presidente do Conselho da Comunidade Educativa e a Presidente do Conselho Pedagógico. A partir de 1 de setembro, devido à fusão, acrescentou-se ao presente Conselho uma Coordenadora de Creche e Pré-escolar, uma Coordenadora do 1º Ciclo, uma coordenadora da Equipa EMAEI, passando assim este Órgão a ser constituído por 17 elementos. Tem como função a coordenação e Orientação Pedagógica da escola.

B/R
pres. grupo 7.
A

Composição do Conselho Administrativo constituído por três elementos: o Presidente Bento Alberto Machado da Silva; o Vice – presidente Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso e a Secretária Maria da Graça Rodrigues de Gouveia. Tem como atributos nomeadamente: aprovar o orçamento anual da escola, elaborar o relatório de contas de gerência e autorizar a realização de despesas e o respetivo pagamento.

O Departamento Administrativo é constituído por: um Coordenador dos Serviços Administrativos Escolares, em Regime de Comissão de Serviço e dezasseis Assistentes Técnicos.

A Biblioteca da Escola tem ao seu serviço um Assistente Técnico e dois Técnicos Superiores.

O serviço de Psicologia e Orientação Vocacional e Profissional é constituído por um Técnico Superior, na área da Psicologia.

Para os Laboratórios de Informática, encontra-se adstrito com um Técnico de Informática e para os de Biologia e Físico-Química um Assistente Técnico.

A cozinha deste estabelecimento de ensino tem em exercício de funções três Assistentes Operacionais em que um é o Encarregado Operacional da área da cozinha.

A vigilância e limpeza do edifício escolar são realizadas por cinquenta elementos da categoria de Assistente Operacional, orientados por um Encarregado Operacional – área geral deste grupo de pessoal.

A manutenção do edifício e dos equipamentos é realizada por um trabalhador da categoria de Assistente Operacional.

O serviço de reprografia é assegurado por um Assistente Operacional.

Existem catorze Técnicos de Apoio à Infância.

O Pessoal Docente é constituído pelos elementos e categorias profissionais abaixo indicadas:

- Cento e oito Docentes pertencentes ao mapa de pessoal da escola, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

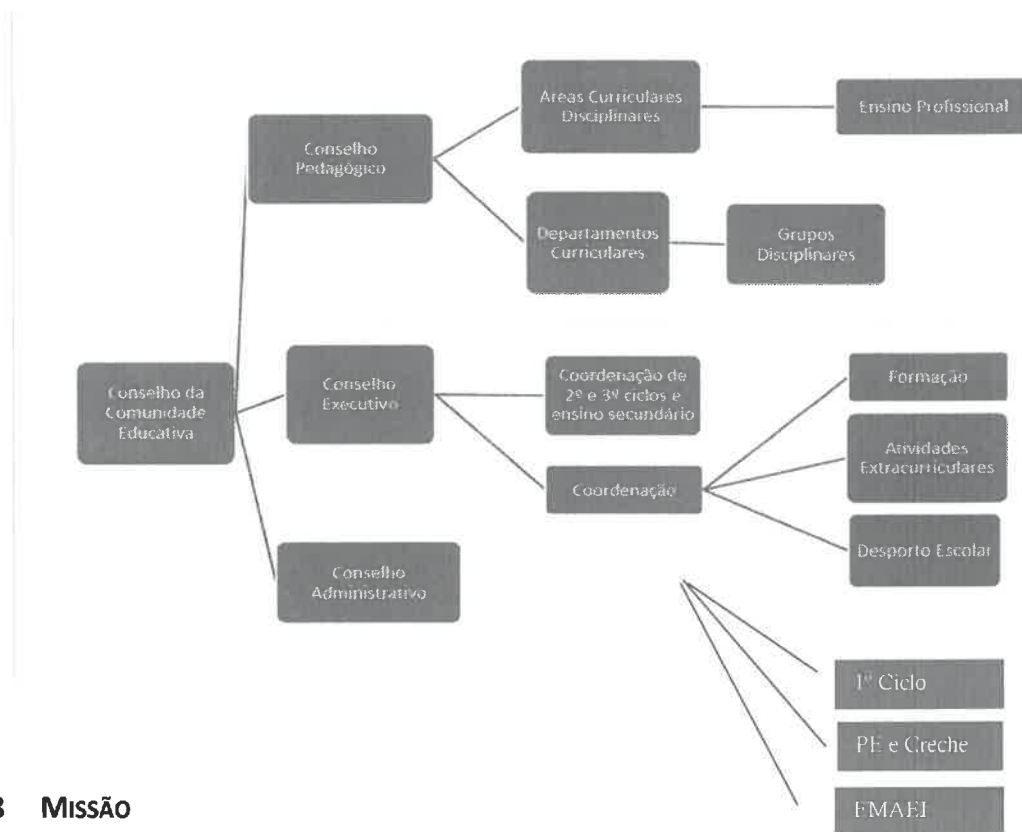
B/S
gracia, goni'?
▽

- Noventa Docentes pertencentes ao mapa de pessoal da zona pedagógica 1, com contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

- Dezassete Docentes com contrato a termo resolutivo.

2.7 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O organograma da escola compõe-se dos órgãos de direção, administração e gestão, estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras, segundo o esquema seguinte:



2.8 MISSÃO

A Escola Básica e Secundária com Pré-escolar e Creche D. Lucinda Andrade, tem por missão prestar à comunidade um serviço educativo e formativo de excelência, proporcionando uma educação reflexiva e significativa para formar cidadãos autónomos, críticos, possuidores das competências e capacidades necessárias a um bom desempenho pessoal, social e profissional e/ou para o prosseguimento de estudos, numa sociedade em constante mudança.

B.M.
ques, gan?
[assinatura]

2.9 ATRIBUIÇÕES

A Escola é constituída pelo Conselho da Comunidade Educativa, Conselho Executivo, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo, e por estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras conforme organograma acima, cujas atribuições são as previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M.

São atribuições da Escola, pautadas através do Projeto Educativo da Escola (PEE):

- Promover o sucesso escolar de todos os alunos, através de medidas diferenciadas e de inclusão, garantindo a igualdade de oportunidades e a formação integral dos alunos;
- Fomentar o trabalho colaborativo entre docentes;
- Criar um clima escolar favorável à aprendizagem, de respeito mútuo e de civismo;
- Promover e/ou participar em atividades;
- Criar mecanismos de participação efetiva dos pais e encarregados de educação, garantindo um melhor acompanhamento escolar dos seus educandos;
- Promover e/ou frequentar formação contínua e de desenvolvimento profissional;
- Estabelecer protocolos com instituições/empresas;
- Promover um ambiente estimulante.

2.10 Visão

A Escola Básica e Secundária com Pré-escolar e Creche D. Lucinda Andrade, tem como visão promover a formação de cidadãos humanistas, críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, onde seja dada ênfase à competência de aprender de forma autónoma para que, ao longo da vida, deem respostas eficazes às exigências de um planeta onde os desafios de sustentabilidade colocam-se diariamente, onde os avanços científicos e tecnológicos evoluem a um ritmo alucinante, impulsionando o aparecimento de novas profissões e o desaparecimento de outras, onde as relações laborais sofrerão profundas readequações e no qual uma profissão para a vida inteira poderá ser uma miragem, tendo presente os desafios os desafios que se colocam ao município de São Vicente, ao nível demográfico, ambiental e económico.

Bpd
que, que?
[assinatura]

2.11 ESTRUTURA INTERNA DA ESCOLA

Através do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M e do regulamento interno, foram aprovados os estatutos da Escola definindo-se a sua estrutura interna, as competências dos seus órgãos, serviços e o respetivo modo de funcionamento.

A organização interna dos serviços da escola obedece ao modelo de estrutura, constituída por Conselho da Comunidade Educativa, Conselho Executivo, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo.

2.12 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

Conselho da Comunidade Educativa

O Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de direção responsável pela definição da política educativa da escola, com respeito pelos princípios consagrados na Constituição da República, na Lei de Bases do Sistema Educativo e no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira. O Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de participação e representação da comunidade educativa.

As competências do Conselho da Comunidade Educativa são as previstas no artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respetivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b) Aprovar o projeto educativo da escola, se necessário possíveis ajustes e acompanhar e avaliar a sua execução;
- c) Aprovar o regulamento interno da escola e possíveis ajustes ao mesmo;
- d) Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projecto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;
- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;

BPS
apreciar, ganhar?
[assinatura]

- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;
- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;
- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar ativamente em atividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos setores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio sócio-educativo;
- l) Propor e colaborar ativamente em atividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- m) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou diretor e adjuntos;
- n) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

O Conselho Executivo

O Conselho Executivo é o órgão de gestão da escola nas áreas, pedagógica, cultural, administrativa e financeira.


O Presidente e os dois Vice-presidentes detêm as competências previstas no artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

1 — Compete ao Conselho Executivo, ouvido o Conselho Pedagógico:

- a) Verificar e dar continuidade ao projeto educativo da escola, aprovado para o quadriénio e se necessário ajustes ;
- b) Dar continuidade ao regulamento interno da escola, com possíveis ajustes à aprovação do Conselho da Comunidade Educativa, para o quadriénio.

2 — No plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete ao conselho executivo, em especial:

- a) Definir o regime de funcionamento da escola;
- b) Elaborar o projeto de orçamento, ouvido o conselho da comunidade educativa;

BPS
gregorio?


- c) Elaborar o plano anual de escola e aprovar o respetivo documento final, ouvidos os conselhos da comunidade educativa e pedagógico;
- d) Elaborar os relatórios periódicos e final de execução do plano anual de escola;
- e) Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;
- f) Distribuir o serviço docente e não docente;
- g) Designar os diretores de turma;
- h) Planear e assegurar a execução das atividades no domínio da ação social escolar;
- i) Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como os outros recursos educativos;
- j) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias, coletividades e outras entidades;
- l) Proceder à seleção e recrutamento de pessoal docente e não docente, salvaguardado o regime legal de concursos;
- m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

Conselho Pedagógico

O Conselho Pedagógico é o órgão de orientação e coordenação educativa da escola, nomeadamente no domínio pedagógico-didático e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente, e compete-lhe o estatuido no artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

O Conselho Pedagógico é o órgão de orientação e coordenação educativa da escola, nomeadamente no domínio pedagógico-didático e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente, e compete-lhe o estatuido no artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respetivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b) Aprovar o projeto educativo da escola e possíveis ajustes ao mesmo, acompanhar e avaliar a sua execução;

B/S

- c) Aprovar o regulamento interno da escola e possíveis ajustes ao mesmo;
- d) Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projeto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;
- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;
- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;
- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar ativamente em atividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos sectores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio sócio-educativo;
- k) Propor e colaborar ativamente em atividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- l) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou diretor e adjuntos;
- m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

após reunião?
E

Conselho Administrativo

O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo da escola, nos termos da legislação em vigor. Compete ao Conselho Administrativo o

estabelecido no artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Aprovar o projeto de orçamento anual da escola;
- b) Elaborar o relatório de contas de gerência;
- c) Autorizar a realização de despesas e o respetivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira da escola;
- d) Zelar pela atualização do cadastro patrimonial da escola;
- e) Exercer as demais competências que lhe estão legalmente cometidas.

2.13 Perspetivas Futuras

A escola vive com a comunidade e deverá fazer render as suas valências disponibilizando-se para parcerias de desenvolvimento, de modo a compensar e ser compensada.

Existe a necessidade de contenção de despesas e aproveitamento dos recursos existentes, nomeadamente na inventariação dos materiais da escola e no redefinir de uma utilização por todos.

A digitalização e a criação de uma estrutura organizativa quer administrativa, quer pedagógica.

Há necessidade de continuar a ajustar e alargar uma rede de videovigilância em pontos ainda não cobertos cumprindo todos os requisitos da proteção de dados, para salvaguarda dos alunos, pessoal docente e não docente e bens das instalações. Este facto deve-se muito a alguns episódios de bullying nos pátios e corredores ficando deste modo salvaguardado qualquer ato deste género, bem como a instalação de vídeo-porteiros nos edifícios da Creche, Pré-escolar e 1º ciclo.

É intenção também dar continuidade à renovação do parque informático da escola dentro das possibilidades orçamentais.

Tendo em conta que estão previstas obras de melhoramento no edifício da Escola, por parte da tutela, cabe-nos realizar alguns melhoramentos nos outros edifícios, nomeadamente pequenos reparos nas casas de banho. Há necessidade também de adquirir material para a prática de desporto, para uso no 1º ciclo.

Atendendo às necessidades do respeito pelo RGPD, é imperativa a reformulação do equipamento mobiliário dos serviços administrativos, de modo a que toda a informação esteja arquivada em armários fechados.

3/18
gomes gouveia 7
[assinatura]

3 RECURSOS FINANCEIROS

Este capítulo tem como objetivo analisar e reportar os aspetos mais relevantes do desempenho orçamental e financeiro da Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche D. Lucinda Andrade no ano económico de 2025. A análise será baseada nas demonstrações financeiras da escola, com destaque para a evolução das suas principais componentes.

3.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Orçamento da receita

Este capítulo tem como objetivo analisar a receita cobrada da Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade no ano económico de 2025. A análise se baseia nos dados disponibilizados, com destaque para o montante global arrecadado, a comparação com as previsões corrigidas e a desagregação por fonte de receita.

No ano económico de 2025, a receita cobrada registou um montante global de 6.105.378,64 EUR, a que corresponde 96,77% face às previsões corrigidas, desagregada em transferências do orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Considerando o “Anexo X”, emitido pela DROT através da Circular nº 4/ORÇ/2024, de 23 de agosto, a fonte de financiamento (FF) com maior expressividade são as provenientes das transferências correntes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, respetivamente a fonte financiamento 311.

B/S

projeção
↓

Estrutura e execução da receita

Ano		2025					
Tipo		Receita do período corrente					
RECEITA	Dados						
	Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Liquidações emitidas	Liquidações transitadas	Liquidações recebidas	Estrutura Receita	Execução Receita
CORRENTES	5 272 290,00	6 249 854,00	6 071 766,35	-	6 071 766,35	99,45%	97,15%
Esforço financeiro nacional (OE)	5 075 344,00	6 052 908,00	5 890 914,26	-	5 890 914,26	96,49%	97,32%
311							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4 761 306,00	5 743 270,00	5 636 143,77	-	5 636 143,77	92,31%	98,13%
381							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	228 115,00	223 715,00	132 534,92	-	132 534,92	2,17%	59,24%
386							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100,00	-	-	-	-	0,00%	0,00%
07-VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	81 873,00	82 923,00	87 491,66	-	87 491,66	1,43%	105,51%
04-TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	3 856,00	3 000,00	34 743,91	-	34 743,91	0,57%	1158,13%
05-RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	100,00	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Financiamento da UE	196 946,00	196 946,00	180 852,09	-	180 852,09	2,96%	91,83%
483							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	161 124,00	161 124,00	148 239,42	-	148 239,42	2,43%	92,00%
484							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35 822,00	35 822,00	32 612,67	-	32 612,67	0,53%	91,04%
CAPITAL	25 588,00	29 988,00	4 065,35	-	4 065,35	0,07%	13,56%
Esforço financeiro nacional (OE)	6 736,00	11 136,00	4 065,35	-	4 065,35	0,07%	36,51%
381							
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6 736,00	11 136,00	4 065,35	-	4 065,35	0,07%	36,51%
Financiamento da UE	18 852,00	18 852,00	-	-	-	0,00%	0,00%
483							
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15 452,00	15 452,00	-	-	-	0,00%	0,00%
484							
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3 400,00	3 400,00	-	-	-	0,00%	0,00%
OUTRAS RECEITAS	-	29 547,00	29 546,94	-	29 546,94	0,48%	100,00%
Esforço financeiro nacional (OE)	-	29 547,00	29 546,94	-	29 546,94	0,48%	100,00%
386							
16-SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	-	29 547,00	29 546,94	-	29 546,94	0,48%	100,00%
Total Geral	5 297 878,00	6 309 389,00	6 105 378,64	-	6 105 378,64	100,00%	96,77%

Quadro n.º 1 – Estrutura e execução da Receita

O Quadro 1 - "Estrutura de Execução da Receita" oferece uma visão abrangente da composição das receitas da escola, categorizadas em três grupos principais: receitas correntes, receitas de capital e outras receitas.

A análise baseia-se nos dados disponibilizados, destacando as fontes de receita, as previsões iniciais e corrigidas, a receita liquidada e cobrada, bem como o grau de execução.

A receita da escola concentra-se basicamente nas receitas correntes, que representam a maior parte dos seus recursos financeiros, com maior evidência nas originárias do esforço financeiro nacional, isto é, as receitas provenientes do orçamento de estado e as receitas provenientes do financiamento da UE.

Relativamente às receitas provenientes do esforço financeiro nacional destacam-se as receitas gerais não afetas a projetos cofinanciados, maioritariamente procedentes do agrupamento económico das transferências correntes das fontes financiamento 311 e 381. A receita originária deste agrupamento económico na fonte de financiamento 311 determinou inicialmente uma previsão no montante global de 4.761.306,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 5.743.270,00 EUR. A receita liquidada deste

B/A
gras, gauri?

agrupamento na fonte financiamento 311, foi no montante global de 5.636.143,77 EUR e a receita cobrada no mesmo montante, apresentando assim um grau de execução significativo de 98,13%.


Relativamente à fonte financiamento 381 inicialmente com uma previsão no montante global de 228.115,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 223.715,00 EUR. A receita liquidada deste agrupamento na fonte financiamento 381, foi no montante global de 132.534,92 EUR e a receita cobrada no mesmo montante, apresentando assim um grau de execução significativo de 59,24%.

De modo análogo a estas receitas, existem também as receitas com proveniência nas receitas gerais - dotação com compensação, receita da fonte de financiamento 386, com principal relevância para as originárias do agrupamento das vendas de bens e serviços correntes, apresentando uma previsão inicial de 81.873,00 EUR, ao longo do exercício económico passou para previsão corrigida de 82.923,00 EUR. No final do exercício económico apresentou um montante global de 87.491,66 EUR de receita liquidada e cobrada.

O agrupamento das taxas, multas e outras penalidades, apresentando um montante inicial de 3.850,00 EUR, ao longo do exercício económico a previsão corrigida manteve-se em 3.000,00 EUR, e no final do exercício económico apresentou um montante global de 34.743,91 EUR de receita liquidada e cobrada. A categoria transferências correntes apresentou uma previsão inicial no montante de 100,00 EUR, manteve uma previsão corrigida de 100,00 EUR e no final do exercício económico apresentou um montante global nulo de receita liquidada e cobrada. A categoria rendimentos da propriedade apresentou uma previsão inicial no montante de 100,00 EUR, manteve uma previsão corrigida de 100,00 EUR e, no final do exercício económico apresentou um montante global nulo de receita liquidada e cobrada.

Analisando as receitas de capital, provenientes do esforço financeiro nacional destacam-se o agrupamento económico das transferências de capital apresentando um montante de previsão inicial de 6.736,00 EUR e um montante de previsão corrigida de 11.136,00 EUR. No final do exercício económico apresentou um montante global de 4.065,35 EUR de receita liquidada e cobrada.

No que diz respeito às receitas provenientes do financiamento da UE, as receitas referentes ao agrupamento económico das transferências correntes da fonte financiamento 483 registaram uma previsão inicial no montante de 161.124,00 EUR, no período em análise contabilizou um montante de 161.124,00 EUR de previsão corrigida. No final do exercício económico registou uma receita liquidada e cobrada um montante de 148.239,42 EUR.

gr. goni 7.


Considerando-se ainda as receitas da fonte de financiamento 484, que iniciaram com uma previsão no montante de 35.822,00 EUR, e durante o exercício económico alcançaram o montante de 35.822,00 EUR de previsão corrigida, sendo que, a 31 de dezembro de 2025, a escola apurou um montante global de 32.612,67 EUR de receita liquidada e cobrada.

No âmbito das receitas provenientes do financiamento da UE, as receitas de capital das fontes 483 e 484, iniciaram com uma previsão inicial e corrigida de 15.452,00 EUR e 3.400,00 EUR, respetivamente, tendo no final do exercício económico apresentado um montante global de 0 EUR e de 0 EUR de receita de capital liquidada e cobrada.

Por fim, as outras receitas provenientes do esforço financeiro nacional, respeitantes às receitas da fonte financiamento 386 de saldos da gerência anterior, iniciaram com uma previsão corrigida de 29.547,00 EUR e no encerramento do exercício económico, as receitas totais somaram o montante de 29.546,94 EUR.

Orçamento da despesa

A execução de despesa está diretamente relacionada com necessidades de funcionamento da escola, decorrente do projeto educativo e plano de atividades da escola, podendo a mesma, ser influenciada de forma positiva pela eficiência dos órgãos de administração e gestão, mas por outro lado, pelo desempenho das estruturas de orientação educativa e estruturas de apoio educativo.

Estrutura e execução da despesa

A despesa executada no orçamento relativo ao exercício de 2025 ascendeu ao montante total de 6.025.988,89 EUR, o que correspondeu a uma taxa de execução orçamental de 95,51% do orçamento corrigido.

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA C/PE E CRECHE D. LUCINDA ANDRADE

BA
2025
7

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA D. LUCINDA ANDRADE-SÃO VICENTE

Estrutura e execução da Despesa

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

DESPESA	Dados Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Obrigações processadas	Obrigações pagas	Estrutura Despesa	Execução Despesa
CORRENTES	5 272 290,00	6 269 396,00	6 015 356,75	6 015 356,75	99,82%	95,95%
Esforço financeiro nacional (OE)	5 075 344,00	6 072 450,00	5 834 504,66	5 834 504,66	96,82%	96,08%
311						
01-DESPESAS COM O PESSOAL	4 736 530,00	5 718 494,00	5 622 347,13	5 622 347,13	93,30%	98,32%
04-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24 776,00	24 776,00	13 796,64	13 796,64	0,23%	55,69%
381						
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	226 615,00	222 215,00	132 348,54	132 348,54	2,20%	59,56%
03-JUROS E OUTROS ENCARGOS	1 300,00	1 300,00	-	-	0,00%	0,00%
06-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	200,00	200,00	186,38	186,38	0,00%	93,19%
386						
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	85 771,00	104 813,00	65 485,67	65 485,67	1,09%	62,48%
06-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	152,00	652,00	340,30	340,30	0,01%	52,19%
Financiamento da UE	196 946,00	196 946,00	180 852,09	180 852,09	3,00%	91,83%
483						
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	161 124,00	161 124,00	148 239,42	148 239,42	2,46%	92,00%
484						
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	35 822,00	35 822,00	32 612,67	32 612,67	0,54%	91,04%
CAPITAL	25 588,00	39 993,00	10 632,14	10 632,14	0,18%	26,59%
Esforço financeiro nacional (OE)	6 736,00	21 141,00	10 632,14	10 632,14	0,18%	50,29%
381						
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6 736,00	11 136,00	4 065,35	4 065,35	0,07%	36,51%
386						
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	-	10 005,00	6 566,79	6 566,79	0,11%	65,64%
Financiamento da UE	18 852,00	18 852,00	-	-	0,00%	0,00%
483						
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	15 452,00	15 452,00	-	-	0,00%	0,00%
484						
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3 400,00	3 400,00	-	-	0,00%	0,00%
Total Geral	5 297 878,00	6 309 389,00	6 025 988,89	6 025 988,89	100,00%	95,51%

Quadro n.º 2 – Estrutura e execução da Despesa

Neste orçamento, a despesa executada distribui-se por diversas fontes de financiamento.

A despesa executada concentrou-se basicamente nas despesas correntes e despesas de capital.

A maior relevância verifica-se para as despesas contabilizadas no esforço financeiro nacional no agrupamento das despesas correntes, na fonte financiamento 311, representando assim um peso considerável no orçamento de despesa, com principal destaque para o agrupamento económico das despesas com pessoal, apresentando uma dotação inicial de 4.736.530,00 EUR, no período em análise contabilizou um montante de 5.718.494,00 EUR de dotação corrigida, no encerramento do exercício económico, as obrigações processadas no montante de 5.622.347,13 EUR e pagas no mesmo montante, absorvendo 98,32% do total da despesa executada tornando as restantes despesas pouco expressivas. A parte mais significativa desta despesa executada está diretamente relacionada com as remunerações certas e permanentes no montante de 4.467.907,08 EUR e as

Contribuições para Segurança Social no montante de 1.035.271,95 EUR, totalizando o valor global de 5.503.179,03 EUR.

Handwritten signature and notes:
 218
 7.
 [Signature]

Relativamente à fonte financiamento 381 na aquisição de bens e serviços correntes, inicialmente com uma despesa orçamentada no montante global de 226.615,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico ajustada para uma dotação corrigida no montante global de 222.215,00 EUR. Ao longo do exercício económico apresentou obrigações processadas no montante de 132.348,54 EUR e pagas no mesmo montante, absorvendo 59,56% do total da despesa executada. Ainda relativamente à fonte de financiamento 381, nos juros e outros encargos apresentou uma dotação inicial e corrigida de 1.300,00 EUR. Ao longo do exercício económico apresentou obrigações processadas e pagas no montante de 0 EUR. Por fim outras despesas correntes apresentou uma dotação inicial e corrigida de 200,00 EUR. Ao longo do exercício económico apresentou obrigações processadas e pagas no montante de 186,38 EUR.


As despesas contabilizadas no esforço financeiro nacional, como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 381, apresentam uma dotação inicial no montante de 6.736,00 EUR e uma dotação corrigida no montante de 11.136,00 EUR. Concluído o exercício económico, a escola apurou um montante global de obrigações processadas e pagas de 4.065,35 EUR.

A despesa na fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes com uma dotação inicial no montante de 85.771, 00 EUR, ao longo do exercício económico foi ajustada para uma dotação corrigida de 104.813,00 EUR. No final do exercício apresentou um montante global de obrigações processadas de 65.485,67 EUR e pagas no mesmo montante. Seguindo-se do agrupamento das outras despesas correntes, apresentando um montante inicial de 152,00 EUR e corrigido de 652,00 EUR, ao longo do exercício económico as obrigações processadas apresentaram um montante de 340,30 EUR, e no final do exercício económico apresentou o mesmo montante global de obrigações pagas.

As despesas contabilizadas no esforço financeiro nacional, como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 386, apresentam uma dotação corrigida de

DUB

10.005,00 EUR. No exercício as obrigações processadas e pagas ascenderam a 6.566,79 EUR.

que se pagou 7.


Relativamente às despesas com fonte de financiamento 483 no agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes, apresentaram uma dotação inicial e corrigida de 161.124,00 EUR, e no final do exercício económico alcançaram um montante de 148.239,42 EUR de obrigações processadas e pagas.

No período de 2025 as despesas com a fonte de financiamento 484 no agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes, apresentaram uma dotação inicial e corrigida de 35.822,00 EUR e durante o exercício económico ajustaram para um montante de 32.612,67 EUR de obrigações processadas e pagas.

No âmbito das receitas provenientes do financiamento da UE, as receitas de capital nas fontes 483 e 484, apresentando dotações iniciais e corrigidas no montante de 15.452,00 EUR e 3.400,00 EUR, respetivamente. No exercício as obrigações processadas e pagas da fonte 483 e 484 ficaram a 0 EUR.

Evolução da despesa

A despesa paga no orçamento relativo ao exercício de 2025 ascendeu ao montante global de 6.025.988,89 EUR.

No período de 2025, a despesa paga referente à fonte financiamento 311, concentrou-se basicamente nas despesas correntes. O pagamento nas despesas correntes foi de 6.015.356,75 EUR com maior reflexo no agrupamento económico de despesas com o pessoal no montante de 5.622.347,13 EUR. Seguindo-se a despesa relativa à fonte financiamento 381, com maior destaque no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes, correspondendo ao montante de 132.348,54 EUR de despesa paga. Seguido do agrupamento económico de transferências correntes no montante de 13.796,64 EUR de obrigações pagas, seguido do agrupamento económico outras despesas correntes no montante de 186,38 EUR.

As despesas contabilizadas como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 381, apresentaram obrigações pagas no montante de 4.065,35 EUR.

OK
proceguir
[assinatura]

A despesa paga da fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes ascendendo a uma despesa paga no montante de 65.485,67 EUR. Seguindo-se do agrupamento das outras despesas correntes, apresentando um montante de obrigações pagas de 340,30 EUR.

Em seguida, na fonte de financiamento 483 temos de despesa paga no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes um montante de 148.239,42 EUR. Nesta mesma fonte de financiamento, na despesa de capital, não houve despesa paga.

Por fim, a fonte de financiamento 484 apresentou despesa paga no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes num montante de 32.612,67 EUR. Nesta mesma fonte de financiamento, na despesa de capital, não houve despesa paga.

Encargos assumidos e não pagos

Registaram-se encargos assumidos e não pagos (EANP) no final do exercício económico de 2025, no montante de 3.032,56 EUR, não pagos por falta de emissão da fatura do fornecedor.

Indicadores orçamentais

Indicador	Formúla de cálculo	2025	2024	Var %
Grau de Execução Orçamental da Receita (%)	Receita cobrada Líquida/Previsões corrigidas	96,8%	97,4%	-1%
Grau de Execução Orçamental da Despesa (%)	Despesa paga líquida / Dotações corrigidas	95,5%	96,7%	-1%
Grau de Realização das Liquidações (%)	Recebimentos / Liquidações	100,0%	100,0%	0%
Grau de execução das Obrigações (%)	Pagamentos / Obrigações	100,0%	98,9%	1%
Indicador de estrutura da receita efetiva	Receita cobrada efetiva/ Total receita cobrada efetiva	99,9%	99,8%	0%
Indicador de estrutura da despesa efetiva	Despesa paga efetiva/ Total despesa paga efetiva	95,5%	96,7%	-1%
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	56 409,60	28 970,21	-295%
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	6 566,79	6 800,43	-3%
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	49 842,81	35 748,16	-239%
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	49 842,81	35 770,64	-239%

Quadro n.º 3 – Indicadores orçamentais

3.2 ÓTICA DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Neste relato serão analisados os factos que julgamos mais pertinentes, comentando-se os aspetos que consideramos mais relevantes.

Handwritten signature

A realidade económica e financeira da Escola Básica e Secundária Com Pré-Escolar e Creche D. Lucinda Andrade é particularmente uniforme na sua dinâmica ao longo dos últimos exercícios económicos, onde se pode verificar que o financiamento da sua atividade principal assenta fundamentalmente, como já foi referido anteriormente, nas transferências do Orçamento da RAM.

Handwritten signature

Handwritten signature

Ao nível do registo contabilístico dos fatos patrimoniais, importa salientar que em 2018 a adoção do novo referencial normativo aplicado a contabilidade pública (SNC-AP), implicando um conjunto de ajustamentos transversal em toda a estrutura contabilística da escola.

Situação Económica

Gastos operacionais

Os Gastos Operacionais, registaram um montante global de 6.389.419,11 EUR (cfr. quadro infra).

Gastos operacionais	2025	%	2024	%	Varição	%
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	45 166,95	0,71%	88 631,47	1,94%	-43 464,52	-49,04%
Fornecimentos e serviços externos	244 980,57	3,83%	184 143,21	4,02%	60 837,36	33,04%
Gastos com o pessoal	6 085 474,95	95,24%	4 299 224,96	93,88%	1 786 249,99	41,55%
Transferências correntes concedidas	-	0,00%	-	0,00%	-	-
Prestações sociais concedidas	13 796,64	0,22%	7 246,89	0,16%	6 549,75	90,38%
Provisões do período	-	-	-	-	-	-
Outros gastos	-	-	-	-	-	-
Total	6 389 419,11	100,00%	4 579 246,53	100,00%	1 810 172,58	39,53%

Gastos sobre Investimentos	2025	%	2024	%	Varição	Varição %
Gastos de depreciação e de amortização	91 394,92	100,00%	83 686,43	100,00%	7 708,49	9,21%
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Perdas por reduções de justo valor	-	-	-	-	-	-
Total	91 394,92	100,00%	83 686,43	100,00%	7 708,49	9,21%

Quadro n.º 4 – Estrutura de Custos Operacionais

No ano económico de 2025, o agrupamento mais representativo na estrutura dos gastos operacionais foi o dos gastos com pessoal, representando 95,24% do total de gastos operacionais e que ascenderam o montante de 6.085.474,95 EUR, seguido dos fornecimentos e serviços externos com 3,83% do total de gastos operacionais, a que correspondeu um montante de 244.980,57 EUR, os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas com um montante de 45.166,95 EUR com 0,71%

BLJ
grac, gouv'?
19

do total de gastos operacionais, as prestações sociais concedidas com um montante 13.796,64 EUR com 0,22% do total de gastos operacionais.

Os gastos de depreciação e de amortização totalizam um montante de 91.394,92 EUR.

Importante será dizer que não foram constituídas imparidades de dívidas a receber.

Não foram constituídas gastos não operacionais, (cfr. quadro infra nº 5).

Gastos Financeiros	2025	%	2024	%	Varição	%
Gastos por juros e outros encargos	-	-	22,48	100,00%	-22,48	-100,00%
Total		0,00%	22,48	100,00%	-22,48	-100,00%

Quadro n.º 5 – Estrutura de Gastos não operacionais

Rendimentos operacionais


No ano económico de 2025, os rendimentos operacionais resultantes dos movimentos contabilizados, totalizaram um montante de 6.555.234,87 EUR.

Rendimentos operacionais	2025	%	2024	%	Varição	Varição %
Impostos, contribuições e taxas	34 743,91	0,53%	929,81	0,02%	33 814,10	3636,67%
Vendas	86 913,01	1,33%	67 314,14	1,43%	19 598,87	29,12%
Prestações de serviços e concessões	578,65	0,01%	598,80	0,01%	-20,15	-3,37%
Variações nos inventários da produção						-
Trabalhos para a própria entidade						-
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 412 658,60	97,83%	4 606 668,91	98,07%	1 805 989,69	39,20%
Outros rendimentos	20 340,70	0,31%	21 782,29	0,46%	-1 441,59	-6,62%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares						-
Total	6 555 234,87	100,00%	4 697 293,95	100,00%	1 857 940,92	39,55%

Quadro n.º 6 – Estrutura de Rendimentos Operacionais

Entre os rendimentos operacionais, a categoria de maior destaque foi a de transferências e subsídios correntes obtidos, que ascendeu o valor de 6.412.658,60 EUR, correspondendo a cerca de 97,83% do total dos rendimentos operacionais.

Os restantes proveitos assumem uma expressão ínfima no cômputo do total dos proveitos. Destaca-se a categoria de vendas no montante de 86.913,01 EUR correspondendo a cerca de 1,33%, seguida de impostos, contribuições e taxas no montante de 34.743,91 EUR com um peso aproximadamente de 0,53%, de outros rendimentos no montante de 20.340,70 EUR com um peso de cerca de 0,31%, e por

BR
gras, goni 7.


fim prestações de serviços e concessões no montante de 578,65 EUR com um peso aproximadamente de 0,01% (cfr. quadro n.º 6).

Financiamento da atividade

Em 2025 não foram observados gastos nem rendimentos associados ao financiamento da exploração da atividade, facto que se aceita atendendo às limitações colocadas ao nível do endividamento público e às restrições impostas pelas regras da execução orçamental a que as instituições publicas estão sujeitas.

Apuramento dos Resultados

Resultados		2025	2024	Varição	Varição
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	<i>Resultados Operacionais</i>	165 815,76	118 047,42	47 768,34 €	40,47%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	<i>Resultados Financeiros</i>	74 420,84	34 360,99	40 059,85 €	116,59%
Resultado antes de impostos		74 420,84	34 338,51	40 082,33 €	116,73%
Resultado Líquido do Período		74 420,84	34 338,51	40 082,33 €	116,73%

Quadro n.º 7 – Apuramento de Resultado

Dimensão	Indicador	Formula de cálculo	2025	2024	Var %
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP), sendo que: Ativo corrente = Inventários + Créditos de Curto Prazo + Disponibilidades	1,32	1,50	-11%
	Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente (ou CP)	1,32	1,50	-12%
	Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	0,01	0,01	-60%
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100	1,36	1,71	-21%
	Taxa de Margem Bruta (TMB)	Margem Bruta / Volume de Negócios * 100, sendo que: Margem bruta = vendas - custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,34	0,31	-210%
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	22,38%	12,38%	81%
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	12,2%	14,1%	-13%
Atividade	Grau de Rotação do Ativo (GRA)	Volume de Negócios/ Ativo	9,01%	8,24%	9%
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	Saldo Médio Inventários/ Saldo médio Custo das vendas * 365			
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	Saldo Médio Clientes/ Saldo Médio Volume de Negócios * 365			
	Prazo Médio de Pagamentos (PMR)	Saldo médio Fornecedores/ Saldo médio (Compras + FSE) * 365			
Estrutura	Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	Saldo médio (Fornecedores + Fornecedores Imobilizado) / Saldo médio (Compras + FSE + Aquisição de Imobilizado) * 365			
	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	24,51%	33,17%	-26%
Financeira	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	32,46%	49,64%	-35%
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais/ Gastos Financeiros	0%	525,122%	-100%
	Endividamento	Passivo/Ativo	75,49%	66,83%	13%

Quadro n.º 8 – Indicadores económico-financeiros

BR

g. g. g. 7.

Demonstração de Resultados



Escola Básica e Secundária
D.ª Lucinda Andrade, São Vicente
NIF: 671000713
Rua da Escola nº 2, 9240-217 São Vicente

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

SNC-AP

APOS APURAMENTOS 2025

DIVISA: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas		34 743,91	929,81
Vendas		86 913,01	67 314,14
Prestações de serviços e concessões		578,65	598,80
Transferências e subsídios correntes obtidos	23.5	6 412 658,60	4 606 668,91
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos c			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos		-45 166,95	-88 631,47
Fornecimentos e serviços externos	23.4	-244 980,57	-184 143,21
Gastos com o pessoal		-6 085 474,95	-4 299 224,96
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações sociais		-13 796,64	-7 246,89
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	23.6	20 340,70	21 782,29
Outros gastos			
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		165 815,76	118 047,42
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23.7	-91 394,92	-83 686,43
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		74 420,84	34 360,99
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			-22,48
Resultado antes de impostos		74 420,84	34 338,51
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		74 420,84	34 338,51

3/10

gracias gomez?
[Signature]

Situação Financeira

Balanço



Escola Básica e Secundária
D.ª Lucinda Andrade, São Vicente
NIF: 671000713
Rua da Escola nº 2, 9240-217 São Vicente

SNC-AP


BALANÇO

APOS APURAMENTOS 2025

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		255 308,94	246 570,40
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros activos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber	23.2		
		255 308,94	246 570,40
Ativo corrente			
Inventários		1 452,99	
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23.1		
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	23.2	1 093 939,17	580 968,54
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos		6 080,55	8 277,75
		1 401 472,71	589 246,29
Total do ativo		1 356 781,65	835 816,69
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		70 551,57	70 551,57
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		139 238,00	104 699,49
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		46 291,24	67 488,31
Resultado líquido do período		74 420,84	34 338,51
Dividendos antecipados			
Interesses que não controliam			
		332 501,65	277 277,88
Total do património líquido		332 501,65	277 277,88
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	23.3		
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Fornecedores			

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA C/PE E CRECHE D. LUCINDA ANDRADE

B/S
 graça graci 7.




Escola Básica e Secundária
 D.ª Lucinda Andrade, São Vicente
 NIF: 671000713
 Rua da Escola nº 2, 9240-217 São Vicente

SNC-AP

BALANÇO

APÓS APURAMENTOS 2025

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		6 080,55	5 218,06
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar	23.3	1 018 199,45	553 320,75
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		1 024 280,00	558 538,81
Total do passivo		1 024 280,00	558 538,81
Total do património líquido e do passivo		1 356 781,65	835 816,69

Lançamentos de abertura do exercício

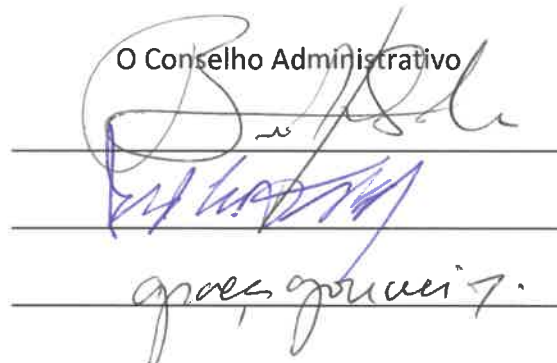
No âmbito da aplicação do novo normativo contabilístico SNC-AP, as primeiras demonstrações financeiras foram preparadas de forma comparativa de acordo com as NCP relevantes, utilizando os modelos emanados no Manual de Implementação.

3.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício apresenta um montante de 74.420,84 EUR, face ao resultado líquido obtido, o Conselho Administrativo propõe a afetação deste resultado à conta de Resultados Transitados.

São Vicente, 13 abril de 2026

O Conselho Administrativo



The image shows three handwritten signatures in blue ink, each written over a horizontal line. The signatures are cursive and appear to be the names of the members of the Administrative Council.

